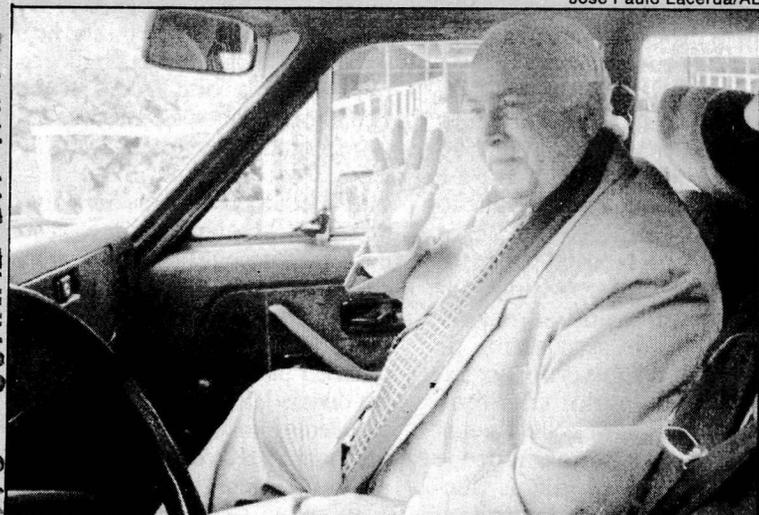


## PASTA ROSA

# ACM entrega apenas pedido de informação

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) limitou-se ontem a enviar um ofício ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando informações sobre o tratamento diferenciado do Banco Central (BC) nas intervenções nos bancos Econômico, Banespa e Banerj, em vez da prometida representação contra a diretoria da instituição. O pedido frustrou a expectativa da própria Procuradoria-Geral de que o senador apresentaria fatos novos ao caso da pasta cor-de-rosa.

Num documento de quatro páginas, Magalhães fez cerca de dez perguntas que, segundo ele, quando respondidas, vão demonstrar irregularidades que ocorrem no BC. "Não há documentos e nem é uma denúncia", disse Brindeiro. "São informações que poderiam ser pedidas também ao Tribunal de Contas da União, que tem um maior poder de fiscalização." Segundo o procurador, cabe ao Ministério Público apenas a investigação de irregularidades que possam servir para a abertura de ações



Senador Antônio Carlos Magalhães deixa o prédio da Procuradoria-Geral da República

no campo penal em tribunais superiores. "Não cabe à Procuradoria tratar de políticas de governo, sejam financeiras ou sociais."

Antes de se dirigir à Procuradoria, onde entregou o ofício a um funcionário do gabinete de Brindeiro, Magalhães deu entrevista assegurando que o documento tratava de "fatos sérios e comprometedores" e exigia "respostas urgentes" da diretoria do BC. O senador fez mistério sobre o que iria entregar ao procurador, mas ao dirigir-se ao prédio da Procuradoria procurou não chamar a atenção. Brindeiro, que não sabia da sua chegada, participava de um seminá-

rio interno com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence.

Antes mesmo da intervenção no Banco Econômico, no dia 11 de agosto, Magalhães já defendia que o BC adotasse o Regime de Administração Especial Temporária (Raet). Nesse sistema, o banco permanece funcionando normalmente, com as portas abertas ao público, como aconteceu com o Banespa, que está submetido ao Raet desde dezembro do ano passado. No caso do banco baiano, contudo, o BC optou por uma intervenção direta, que suspendeu suas atividades e interrompeu o funcionamento ao público.